

RELATO DE EXPERIÊNCIA IDENTIFICADO

A PRÁTICA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DA INTERSECCIONALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

HUMAN RIGHTS CLINICAL PRACTICE FROM AN INTERSECTIONAL PERSPECTIVE: AN EXPERIENCE REPORT

.

GABRIEL GUARIZ DE OLIVEIRA VIEIRA¹;
HANNY FELIX EL-KHOURI FILHO¹;
ISAAC FONTES CURY COSTA¹;
LAURA STER CAMPOS NASCIMENTO¹;
LORENA LINHARES MECIAS¹;
LUCAS DE MEDEIROS AZEVEDO¹;
LUIZA PATRICIO GARCIA¹;
MARIA LUÍSA DE OLIVEIRA FREITAS¹;
MATHEUS BELO FIUZA¹;
MAYSA COSTA RAMOS¹;
RAYLA DOS SANTOS PRAZERES²;
RENATO MARCELO RESGALA JÚNIOR³

3

1 – Acadêmicos do curso de Direito Afya Centro Universitário de Itaperuna-RJ

2- Professora e coordenadora do curso de Direito - Afya Centro Universitário de Itaperuna-RJ - E-mail: rayla.prazeres@afya.com.br

3 – Professor do curso de Direito - Afya Centro Universitário de Itaperuna-RJ - E-mail: renato.resgala@afya.com.br

Eixo Temático 05: Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RESUMO

A atividade foi realizada com os alunos do segundo período do curso de Direito, nas dependências da instituição, no mês de outubro, e consistiu em uma palestra ministrada por um sociólogo convidado, Anizio Pirozzi. O encontro teve como tema central a interseccionalidade, conceito essencial para compreender as múltiplas dimensões das desigualdades sociais e suas implicações no campo jurídico. Participaram da experiência os estudantes, docentes e o

palestrante convidado, que abordou de forma didática e reflexiva as inter-relações entre raça, gênero, classe e outros marcadores sociais. O objetivo principal da atividade foi estimular uma análise crítica sobre como as estruturas sociais influenciam o acesso à justiça e a aplicação do Direito, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes e sensíveis à diversidade.

Palavras Chaves – Interseccionalidade. Análise crítica. Direitos Humanos

ABSTRACT

The activity took place in October at the institution's facilities and involved second-semester law students; it consisted of a lecture delivered by guest sociologist Anizio Pirozzi. The session focused on intersectionality—a concept essential for understanding the multiple dimensions of social inequalities and their implications within the legal field. Students, faculty members, and the guest speaker participated in the event, with the latter exploring the interrelationships between race, gender, class, and other social markers in an instructive and thought-provoking manner. The primary objective was to foster a critical analysis of how social structures influence access to justice and the application of the law, thereby contributing to the development of professionals who are more conscious of and sensitive to diversity.

Keywords – Intersectionality. Critical analysis. Human Rights.

I. INTRODUÇÃO

A atividade foi realizada com os alunos do segundo período do curso de Direito, nas dependências da instituição, no mês de outubro, e consistiu em uma palestra ministrada por um sociólogo convidado, Anizio Pirozzi. O encontro teve como tema central a interseccionalidade, conceito essencial para compreender as múltiplas dimensões das desigualdades sociais e suas implicações no campo jurídico.

Participaram da experiência os estudantes, docentes e o palestrante convidado, que abordou de forma didática e reflexiva as inter-relações entre raça, gênero, classe e outros marcadores sociais. O objetivo principal da atividade foi estimular uma análise crítica sobre como as estruturas sociais influenciam o acesso à justiça e a aplicação do Direito, contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes e sensíveis à diversidade.

A interseccionalidade constitui um marco teórico-metodológico que busca compreender a maneira como diferentes sistemas de opressão e privilégio se articulam, produzindo experiências específicas de desigualdade. O conceito foi sistematizado por Kimberlé Crenshaw (1989), ao analisar como o direito antidiscriminatório estadunidense se mostrava incapaz de abarcar as experiências vividas por mulheres negras, que sofriam simultaneamente com o

racismo e o sexismo. A interseccionalidade, portanto, surge como crítica às abordagens unidimensionais da discriminação, que isolam raça, gênero ou classe sem considerar sua interação.

Do ponto de vista epistemológico, a interseccionalidade rejeita a lógica aditiva, segundo a qual as opressões seriam simplesmente somadas, e propõe uma perspectiva relacional, em que

diferentes marcadores sociais da diferença se entrecruzam, gerando dinâmicas próprias de subordinação ou privilégio (COLLINS, 2016). Em outras palavras, trata-se de uma ferramenta analítica que evidencia que as desigualdades não podem ser compreendidas de maneira fragmentada, mas sim a partir da complexidade estrutural em que estão inseridas.

Atualmente, a interseccionalidade não se limita ao estudo das opressões de gênero, mas constitui um instrumento analítico aplicável a múltiplos contextos. É utilizada, por exemplo, para compreender como pobreza, raça e território impactam o acesso a direitos fundamentais; como a sexualidade e a identidade de gênero se articulam com o racismo e o capacitismo; ou ainda como desigualdades educacionais e de saúde pública são moldadas por marcadores interseccionais.

A relevância da palestra foi evidente, pois possibilitou aos alunos compreender que o Direito, enquanto instrumento de transformação social, deve ser interpretado à luz das complexas relações de poder que estruturam a sociedade.

II. DESENVOLVIMENTO (DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA)

A proposta inicial do projeto previa a realização de visitas externas e entrevistas presenciais com pessoas de diferentes perfis, em distintos espaços sociais da cidade. A intenção era captar narrativas reais que evidenciassem a interseccionalidade na prática, permitindo observar de perto como marcadores sociais (como raça, gênero, classe, idade, deficiência e orientação sexual) atravessam a vida cotidiana dos sujeitos. Em teoria, tratava-se de um planejamento promissor, especialmente pela possibilidade de aproximar o estudo acadêmico da experiência concreta das pessoas.

Entretanto, quando iniciamos a fase de execução, nos deparamos com um obstáculo relevante: grande parte dos integrantes da equipe trabalha ou realiza estágio durante a semana. Isso tornava logisticamente inviável a realização de visitas em múltiplos locais e horários, como inicialmente proposto. A ideia, que era metodologicamente interessante, mostrou-se de difícil aplicação diante das limitações reais de tempo e deslocamento do grupo.

Diante desse cenário, organizamos uma discussão interna para repensar a estratégia. Buscamos uma alternativa que mantivesse a riqueza do contato humano e a possibilidade de escuta, mas que fosse exequível para todos. Foi nesse momento que nos lembramos de um nome importante para nossa formação e para a própria cidade de Itaperuna: o professor Anízio Pirozzi: historiador, sociólogo, fotógrafo e colecionador de moedas antigas, amplamente reconhecido por sua capacidade de dialogar com diversas realidades sociais.



Definido o novo formato, escolhemos a turma do segundo período para participar da atividade. A escolha não foi aleatória: tratava-se de uma turma motivada, ainda nos primeiros anos da graduação, e que não estava tão sobrecarregada pelas demandas dos períodos finais. Acreditamos que esse perfil favoreceria a escuta, o engajamento e a participação ativa no diálogo. Essa reorganização metodológica marcou um ponto importante da experiência: aprendemos, na prática, que projetos sociais e acadêmicos precisam ser flexíveis. A interseccionalidade não é apenas um conceito teórico, mas também uma postura que nos convida a considerar as condições materiais, os limites e as possibilidades dos sujeitos envolvidos, inclusive os nossos.

Dando continuidade ao planejamento, organizamos também um pequeno gesto de acolhimento aos alunos e ao palestrante. Adquirimos salgadinhos e refrigerantes para servir ao final da atividade, de modo a criar um ambiente mais leve, descontraído e favorável à troca de ideias. Embora simples, esse cuidado colaborou para aproximar os participantes e fortalecer a interação entre todos.

A palestra teve início com a apresentação do professor Anízio Pirozzi, figura imediatamente reconhecida pelos estudantes do segundo período; muitos deles haviam sido seus alunos no ensino médio.

Ao longo de sua fala, o professor abordou de maneira clara e sensível os principais aspectos da interseccionalidade. Discorreu sobre o racismo estrutural, explicando como ele se manifesta nas instituições e nas relações sociais, perpetuando desigualdades que afetam particularmente a população negra. Trouxe, ainda, reflexões sobre o atraso histórico do país em garantir diversidade nos espaços de poder, mencionando, por exemplo, que o único ministro negro do STF tomou posse muito recentemente, evidenciando a ausência de representatividade racial em setores estratégicos do Estado. Esses exemplos permitiram ao público compreender, de maneira concreta, como diferentes marcadores sociais se entrelaçam e moldam a vida das pessoas de formas distintas.

III. ANÁLISE E REFLEXÃO

A palestra ministrada pelo professor Anízio proporcionou uma compreensão aprofundada da interseccionalidade como ferramenta essencial para analisar as desigualdades que atravessam a sociedade contemporânea. Desde o início, destacou-se que o conceito, formulado por Kimberlé Crenshaw em 1989, nasceu como crítica à incapacidade do direito antidiscriminatório tradicional de lidar com experiências simultâneas de racismo e sexismo, especialmente vividas por mulheres negras. Esse marco teórico evidenciou que as opressões não

se manifestam de modo isolado, mas se cruzam e se reforçam mutuamente, gerando desigualdades específicas que escapam às abordagens unidimensionais.

A palestra retomou essa formulação original ao demonstrar que o Direito, ao operar por categorias rígidas, frequentemente invisibiliza sujeitos que se encontram na intersecção de múltiplas opressões. Assim, a interseccionalidade surge como instrumento indispensável para compreender contextos sociais complexos, permitindo enxergar que os sistemas jurídicos, políticos e culturais estão inseridos em estruturas históricas que moldam o acesso real à justiça. Essa perspectiva interdisciplinar revelou a necessidade de superar interpretações formalistas, aproximando a hermenêutica jurídica de um compromisso autêntico com a justiça social.

Do ponto de vista jurídico, a palestra reforçou que princípios constitucionais como dignidade da pessoa humana, igualdade material e vedação à discriminação assumem papel central quando analisados a partir de lentes interseccionais. A igualdade, em sua dimensão formal, mostra-se insuficiente diante de realidades marcadas por desigualdades profundas; por isso, torna-se imprescindível uma leitura material capaz de considerar efeitos concretos de marcadores como raça, gênero, classe, deficiência, sexualidade e território. Reconhecer essas camadas não é apenas uma escolha metodológica, mas uma exigência jurídica para assegurar proteção efetiva a sujeitos que vivenciam múltiplas formas de exclusão.

A reflexão também ressaltou o papel transformador do profissional do Direito. Ao reconhecer que o sistema jurídico opera dentro de estruturas de poder, torna-se evidente a necessidade de uma atuação sensível às especificidades de cada sujeito, com atenção às vulnerabilidades que se somam e se convertem em obstáculos concretos ao exercício da cidadania. A interseccionalidade, nesse sentido, amplia a visão sobre o Direito ao articular técnica jurídica, responsabilidade social e uma ética comprometida com a dignidade humana.

A partir desse conjunto de reflexões, tornou-se possível observar como as estruturas de poder se organizam e se reproduzem no cotidiano, inclusive em instituições que aparentam neutralidade. A análise interseccional, ao tornar visíveis experiências normalmente silenciadas, revela padrões que não emergem quando categorias são estudadas isoladamente. Essa visibilidade permite compreender que desigualdades não decorrem de falhas individuais, mas de mecanismos estruturais.

Assim, ao reunir os aprendizados proporcionados pela palestra, reafirma-se a interseccionalidade como eixo central para o enfrentamento das desigualdades contemporâneas. Sua aplicação amplia a capacidade de compreensão das múltiplas camadas de opressão que atravessam a sociedade brasileira e orienta a construção de políticas públicas, decisões judiciais e práticas institucionais sensíveis, inclusivas e comprometidas com a justiça social.



A experiência proporcionada pela ação social e pela palestra ministrada pelo professor Anízio Pirozzi representou um significativo avanço na formação acadêmica, ética e humana dos alunos envolvidos. Mais do que um simples cumprimento de atividade curricular, o projeto possibilitou vivenciar de maneira concreta a importância da interseccionalidade como ferramenta de análise crítica e como compromisso prático no campo dos Direitos Humanos. A clareza e profundidade das reflexões apresentadas evidenciaram que compreender desigualdades exige considerar o entrelaçamento de diferentes marcadores sociais, superando visões simplificadas e aproximando o Direito da realidade vivida pelas pessoas.

A atividade também permitiu o desenvolvimento de habilidades essenciais ao futuro profissional jurídico, como sensibilidade social, capacidade de diálogo, pensamento crítico e empatia. Esses elementos demonstraram, na prática, que o estudo dos Direitos Humanos ultrapassa o campo teórico e demanda postura ativa, consciente e comprometida.

Por fim, a vivência reafirmou a relevância de uma formação jurídica que incorpore perspectivas interdisciplinares e críticas, capazes de orientar ações mais humanas e inclusivas. A palestra e o processo coletivo de construção da atividade fortaleceram nos alunos a percepção de que o Direito deve servir como instrumento de transformação social, contribuindo para a redução de desigualdades e para a promoção efetiva da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: Interseccionalidade (Feminismos Plurais). Acesso em: 29 set. 2025.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2015. E-book. p.60. ISBN 9788524923692. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524923692/>. Acesso em: 29 set. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex. University of Chicago Legal Forum, 1989. Disponível em: Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. Acesso em: 29 set. 2025.

SILVA, Kleber. Linguagem e interseccionalidade em lutas por direitos. São Paulo: Editora Contexto, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786555415360. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555415360/>. Acesso em: 29 set. 2025.

